



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 043/2025

Acrescenta o Parágrafo único ao art. 60 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná.


A CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ APROVA:


Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 60 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Do percentual de cargos em comissão definido em lei, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, excluem-se os cargos comissionados de Natureza Política dos Gabinetes dos Vereadores.


Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Abel Neves, aos 31 dias do mês de outubro de 2025


WESLEI DA SILVA BRITO
1º Secretário


MARCELO JOSÉ DE LEMOS
Presidente


LÍCOMÉDIO PEREIRA DA SILVA
2º Secretário


ADEMILSON PROCÓPIO ANASTÁCIO
1º Vice-Presidente

WALLISSON VALMIR DO B. AMARO
3º Secretário

GERALDO APARECIDO G. FERREIRA
2º Vice-Presidente


ADEMIR PEREIRA (Scopony)
4º Secretário



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

A presente Emenda à Lei Orgânica tem por objetivo esclarecer e delimitar a aplicação do percentual previsto no art. 37, caput, inciso V, da Constituição Federal, que trata da proporção entre cargos efetivos e cargos em comissão na administração pública.

Art. 37 (...)

(...)

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

O Supremo Tribunal Federal em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO, esclareceu que a falta de regulamentação nacional não configura omissão dos Poderes Legislativo e Executivo. Assim, determinou que a ausência de uma lei nacional para regular as condições e percentuais mínimos dos cargos em comissão ocupados por servidores de carreira não impedem que os Estados legislem sobre o tema, abrindo, assim, caminho para a criação de normas locais.

A exclusão dos cargos em comissão vinculados aos gabinetes parlamentares da base de cálculo desse percentual se justifica pela natureza específica e transitória dessas funções, que são diretamente relacionadas ao exercício do mandato eletivo. Tais cargos não integram a estrutura administrativa permanente do Poder Legislativo, sendo de livre nomeação e exoneração, conforme previsto na legislação federal e nos princípios da autonomia dos entes federativos.

Além disso, a medida visa garantir maior segurança jurídica e transparência na interpretação da norma constitucional, evitando distorções na aplicação do limite de cargos comissionados e preservando a funcionalidade dos gabinetes parlamentares, que dependem desses profissionais para o pleno exercício das atividades legislativas.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Diante do exposto, a inclusão do parágrafo único ao art. 60 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná é medida necessária para assegurar a conformidade do ordenamento municipal com a Constituição Federal. Sua aprovação contribuirá para uma gestão mais eficiente e transparente do quadro de servidores da Casa, com fundamento técnico e jurídico adequados.

Palácio Abel Neves, aos 31 dias do mês de outubro de 2025.

WESLEI DA SILVA BRITO
1º Secretário

MARCELO JOSÉ DE LEMOS
Presidente

LICOMÉDIO PEREIRA DA SILVA
2º Secretário

ADEMILSON PROCÓPIO ANASTÁCIO
1º Vice-Presidente

WALLISSON VALMIR DO B. AMARO
3º Secretário

GERALDO APARECIDO G. FERREIRA
2º Vice-Presidente

ADEMIR PEREIRA (Scopony)
4º Secretário